

Educação do campo e desenvolvimento territorial rural¹

Bernardo Mançano Fernandes

Professor do Departamento de Geografia – FCT/Unesp de Presidente Prudente
Coordenador da Cátedra da UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento
Territorial no Brasil - Unesp
Pesquisador do CNPq
E-mail: bmf@fct.unesp.br

Resumo

Este artigo é resultado da Conferência proferida no I Encontro de Educação para o campesinato do município de Goiás no ano de 2010. Apresento uma reflexão das experiências de Educação do Campo com que tenho convivido e as perspectivas de se construir caminhos para continuar a caminhada da construção desta política pública, cujo nome foi cunhado pelos movimentos camponeses na construção de seu projeto de educação.

Palavras-chave: Educação do campo, campesinato, território, luta pela terra, política pública.

Resumen

Educación del campo y desarrollo territorial rural

Este artículo es el resultado de una conferencia pronunciada en la Primera Reunión de la Educación para el campesinado de la ciudad de Goiás en 2010. Presento una reflexión de las experiencias de la Educación del Campo con la que he vivido y las perspectivas de la construcción de caminos para seguir caminando en la construcción de esta política pública, cuyo nombre fue acuñado por los movimientos campesinos en la construcción de su proceso educativo.

Palabras claves: Educación del campo, campesinado, territorio, lucha por la tierra, política pública.

Abstract

Education for the countryside and rural territorial development

This article is the result of Conference given at the First Meeting of Education for the peasantry of the city of Goiás in 2010. I present a reflection of the experiences of Education for Countryside with which I have lived and the perspectives of building pathways to continue walking for the construction of this public policy, whose name was coined by peasant movements in the construction of their educational process.

¹ Nota dos editores da Revista NERA: Este texto é a transcrição de uma conferência proferida pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no I Encontro de Educação para o campesinato do município de Goiás, ocorrido no ano de 2010. O texto foi publicado primeiramente como capítulo de livro em COSTA, A. A. da et al. (orgs.). *Práticas, desafios e proposições para uma educação do campo no município de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2011. Contudo, por se tratar de um número especial da Revista e considerar que o texto possui significativa contribuição para o tema em questão, a Coordenação de Publicação da Revista NERA decidiu publicar novamente em forma de artigo, permitindo maior circulação do trabalho e contribuição ao debate.

Keywords: Education for the countryside, peasantry, territory, struggle for land, public policy.

Boa noite a todos e a todas. Eu quero agradecer à Universidade Estadual de Goiás pelo convite, em especial, à professora Francilane, pela oportunidade de estar aqui com vocês e poder falar um pouco do trabalho que vimos fazendo, que é estudar a educação do campo, estudar o campo, estudar os movimentos camponeses, estudar essa realidade de que a Dores falou um pouco.

Dom Tomás explicitou um pouco mais *para* nós o que é a realidade do campo brasileiro, começando desde a ditadura militar até hoje. E das Dores falava aqui sobre o que o Dom Tomás nos ensinou [*né?*], o trabalho do Dom Tomás, e de bispos e de outros agentes de pastorais, homens e mulheres que nos ensinaram a defender nossos direitos. Ela usou a expressão: “ensinaram os pobres a ter direito”, e nós sabemos que hoje, na Universidade Federal de Goiás, em convênio com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) os pobres fazem o curso de direito. Penso que esse é o exemplo de quanto o Brasil cresceu, quanto que o Brasil mudou pelo trabalho do seu povo, pelo trabalho da luta principalmente do povo do campo está mudando a história do Brasil.

Da década de 1940 até a década de 1980, o campo brasileiro, viveu um intenso êxodo, e desde a década de 1990, por causa da luta pela terra e por causa da Reforma Agrária, das ocupações de terra, das criações dos assentamentos, o campo brasileiro viu este êxodo diminuir. Não é só o Brasil, é a América Latina e o mundo. Aquela tendência de intensa diminuição da população diminuiu e hoje nós temos a compreensão de que o lugar da vida não é só na cidade, o lugar da vida é no campo e na cidade. Nós temos que viver bem nesses dois espaços.

E é pensando dessa forma que o movimento camponês, desde a década de 1980, vem ocupando terra, enfrentando os militares, enfrentando a ditadura, enfrentando o latifúndio, enfrentando o capital, foi construindo perspectivas de desenvolvimento territorial e, dessa política surgiu a necessidade, a educação do campo.

Eu me lembro que, em 1979, eu visitei as ocupações de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, que foi uma das lutas que fez surgir o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Acompanhei as lutas em Sumaré no Estado de São Paulo, visitei a ocupação da fazenda Burro Branco em Santa Catarina. Eu ainda não estava na universidade, eu trabalhava na pastoral da juventude e pude acompanhar o trabalho da CPT- Comissão Pastoral da Terra, eu sou filho de camponês. Meu pai faleceu sem saber porque perdeu a terra. E eu me interessei muito para saber o que aconteceu, por que eu migrei para a cidade em 1960 e em 1980 conheci pessoas que estavam voltando para o campo.

Entre na universidade no curso de Geografia e comecei a estudar esses territórios, comecei a estudar os assentamentos em 1987 e percebi a demanda que havia por parte das famílias assentadas para conseguir criar novos assentamentos, a demanda por educação e pela alfabetização de jovens e adultos. Eu observava que aquela era uma necessidade básica, ou seja, colocar os filhos na escola, aprender a ler e a escrever é condição fundamental do desenvolvimento de um país, para o desenvolvimento do campo, para o desenvolvimento da agricultura. Evidentemente que essa luta tem futuro, mas, naquela época, os nossos projetos junto ao governo, as reivindicações que os movimentos faziam junto com os governos eram para criar cursos de alfabetização de jovens e adultos. Naquela época, as lutas eram para criar escolas de Ensino Básico.

Esse processo foi crescendo porque as pessoas foram sendo alfabetizadas, as crianças foram entrando na escola, terminando o ensino fundamental e a luta então já não era mais somente pelo Ensino Fundamental, era pelo Ensino Médio, pelo Ensino Técnico. E à hora em que as pessoas foram estudando, elas começaram a perceber que elas tinham que ir mais além. Elas precisavam entrar na universidade, só que *a gente* sabe que a universidade ainda é um feudo em que uma pequena parcela da população pode entrar. Embora *a gente* acompanhe a realidade e perceba que a universidade vem-se democratizando, ainda é para poucos. Esse processo de democratização é muito lento e

uma parcela grande da população brasileira ainda esta fora da escola. Assim, começamos a pensar de que maneira nós poderíamos criar cursos especiais para colocar os assentados nas universidades, para que eles pudessem cursar os cursos para ajudar na formação, na qualificação dessas pessoas para que ajudassem a desenvolver o território dos assentamentos.

Então, em 1997/98, realizamos em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, e desse encontro surgiu a proposta de criar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O MST, a UnB, a UNESCO e o UNICEF foram os articuladores deste evento. Com esse programa, foram criados vários cursos superiores para os assentados, e hoje nós temos, no Brasil, mais de 80 cursos de nível superior. Nós temos a Universidade Federal de Goiás com o curso de Direito, nós temos a UNESP lá em Presidente Prudente, onde eu trabalho no curso de Geografia, nós tivemos um curso de História na UNB, um curso de História na Paraíba, de Agronomia na Universidade Federal de Sergipe, um curso de Agronomia na Federal do Pará, e vai começar um curso de Veterinária na Federal de Rio Grande.

Eu me lembro que o primeiro curso de Pedagogia foi feito na Universidade de Ijuí no Rio Grande do Sul. Nesses 12 anos, nós formamos mais de 5.000 alunos, essa política de Educação do Campo formou mais de 5.000 alunos e veja como essa realidade vai sendo criada, partiu da necessidade das mães de virem seus filhos na escola e virou necessidade de todos. Eu me lembro de quantas vezes, lá no Pontal do Paranapanema, que eu estava lá na cidade e as mães vinham reclamar por que os professores não tinham ido dar aula, e o argumento dos professores é que não podiam chegar ao assentamento porque estava chovendo, e as mães falavam: “se eu cheguei aqui para reclamar porque você não pode ir até lá *pra* dar aula”. Logo, nós professores fomos vendo o quanto era importante que o professor fosse alguém da comunidade. Então como nós poderíamos trazer esses jovens para as universidades para que eles se formassem e pudessem trabalhar em prol dos seus próprios territórios, em prol da suas próprias comunidades? Nesse propósito, nós temos que formar engenheiros agrônomos, formar médicos, nós temos que formar veterinários, geógrafos, historiadores e agora, recentemente abriu o curso de Jornalismo na Federal do Ceará. Sem terra pode ser jornalista. Camponês pode ser jornalista. Nós estamos revolucionando o conceito quando entendemos que um jovem sem terra, que um camponês, uma camponesa, um agricultor familiar, uma agricultora familiar, um lavrador, uma lavradora, um caboclo, uma cabocla pode ser médico, pode ser engenheiro, pode ser professor(a), pode ser o que quiser, inclusive continuar sendo agricultor.

Portanto, essa perspectiva está mudando no Brasil, eu não conheço outro país... Eu tenho viajado á América Latina, a América do Norte, a Europa, a Ásia, e não conheço nenhum país que tenha uma política desse tipo. Ainda, nos outros países as escolas do campo estão acabando, temos algumas experiências isoladas, mas, em escala nacional como nós que temos uma política de Educação do Campo, não conheço nada similar em outro país

Podemos, assim, pensar na criação de institutos de pesquisa formados por esses jovens que fizeram a graduação, o mestrado, o doutorado e agora vão ser professores e nos não vamos mais ficar discutindo alfabetização, alfabetização tem que se tornar um problema resolvido para nós. Nós vamos discutir de que maneira podemos produzir de forma saudável, de que maneira que nós podemos abolir o agrotóxico e desenvolver a agroecologia, de que maneira que nós podemos limitar o tamanho da propriedade da terra, de que maneira nós podemos comer comida saudável e não comida industrializada, de que maneira podemos ter saúde, de que maneira nós podemos ser saudáveis.

Portanto, isso tudo faz parte de uma visão de mundo, de um paradigma que vê, que propõe um modelo de desenvolvimento para o Brasil, e esse modelo de desenvolvimento está calcado na Reforma Agrária, nas comunidades camponesas, na produção em pequena escala, na agroecologia... Evidentemente que isso bate de frente com o agronegócio, isso bate de frente com a produção em larga escala, isso bate de frente com o veneno utilizado para produzir a comida que nós comemos. Aí nós então vamos

disputar, disputar o poder com as grandes transnacionais, com as grandes empresas capitalistas, com o governo, com a própria universidade. Porque, dentro da universidade, tem muita gente que acredita que a saída para o Brasil é a grande produção, é o agronegócio e que isso que nós estamos fazendo em defender a Reforma Agrária, limitar o tamanho da propriedade da terra, que isso que nós estamos fazendo em colocar esses jovens na universidade é coisa sem valor, coisa sem perspectiva de futuro.

Então, há essas duas visões que nós estudamos, debatemos, pesquisamos, construímos, transformamos a realidade e vamos mudando. De uma coisa nós temos certeza. Desde que Don Tomás chegou aqui em Goiás, Goiás mudou muito. Desde que eu comecei a estudar, desde que cada um de nós começamos a estudar, percebemos que nós estamos avançando, nós estamos melhorando.

Eu fico pensando, em 1987, quando eu fui trabalhar na primeira escola de assentamento para discutir a alfabetização de jovens e adultos, jamais passaria pela minha cabeça que um dia eu estaria aqui, em Goiás, falando que vamos começar uma turma de mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, na Cátedra da UNESCO, que agora coordeno, com alunos oriundos da população camponesa. E é bem provável que alguma daquelas crianças que foram alfabetizadas hoje vai fazer o mestrado. Isso é superação, isso é transformação, isso é revolução, isso é desenvolvimento.

Assim, a educação do campo e o desenvolvimento, elas andam coladas, agora nós sabemos que fazer isso não é fácil. Nós sabemos o que a turma de Direito da Universidade Federal de Goiás está enfrentando. Semana passada, nós estivemos no TCU com, aproximadamente, 60 universidades brasileiras federais e estaduais debatendo com o TCU para superar os obstáculos que estão impedindo novos cursos do PRONERA. Os ruralistas estão com medo de que essa política avance. Eles tentam impedir a criação de cursos nas universidades, eles tentam impedir que os alunos recebam bolsas, e caluniam, dizendo que essas bolsas são *para* fazer invasão de terras.

Então, nossa luta é, muitas vezes, uma luta pelo direito, para derrubar a criminalização, para derrubar o preconceito. Logo, construir um paradigma de resistência é mais que produzir ciência, é produzir uma visão de mundo que consiga romper com um conjunto de preconceitos, um conjunto de obstáculos que nós enfrentamos a cada dia.

O Brasil tem uma perspectiva muito grande e, *para* finalizar, eu vou colocar aqui uma questão que eu julgo extremamente importante que é a mudança da matriz energética que o mundo está vivendo hoje, ou seja, nós *estamos* vivendo uma crise com a escassez da energia cuja fonte é o petróleo cada vez mais rara, e nós *estamos* vivendo um investimento enorme no mundo hoje da produção de agroenergia. O campesinato vai ficar de fora desse processo? É uma questão que nós temos que responder. Qual é o impacto da expansão da produção da agroenergia no sentido de diminuir a área produzida, a área que produz alimentos? De que maneira nós cidadãos, a sociedade, o povo, o movimento organizado vai debater essa questão. A expansão da produção de agroenergia já gerou uma crise alimentar mundial. Essa crise alimentar está levando a um processo de estrangeirização da terra. No Brasil, nos últimos dois anos, 4 milhões de hectares de terras *foram comprados pelos japoneses*, chineses e árabes. Os chineses, compram a terra, para produzir alimentos e agroenergia. Na África, eles compram a terra, trazem seus próprios trabalhadores, fazem os hotéis dentro da fazenda, fazem aeroporto, vêm com o avião, pegam a produção e levam.. Os árabes vão começar a fazer a mesma coisa. Na África, é terrível! Você vê situações em que a população está morrendo de fome No caso da Etiópia a população está morrendo de fome, tem que receber ajuda mundial para comprar comida enquanto os árabes estão plantando em suas terras. No ano passado, a Etiópia recebeu 4 milhões de dólares de ajuda humanitária e os árabes produziram 4 milhões de dólares em alimentos que foram levados para seus países.

Então, a mudança da matriz energética e a estrangeirização da terra está mudando a relação campo cidade, ou seja, o campo não vai produzir só alimentos e fibras, o campo vai produzir alimentos, fibras e energia. A população do campo vai mudar! O agronegócio não precisa de gente no campo, vai utilizar cada vez menos mão de obra. Este modelo cria um processo de exclusão enorme. O campesinato terá que pensar como tratar

essa nova realidade. A participação do campesinato nesse processo vai se dar de forma conflituosa, vai se dar pela disputa da terra entre campesinato e agronegócio, disputa pelo uso da terra em produzir agroenergia, e produzir alimentos. E, diante disso, a educação do campo vai ter que estudar esse processo.

Nesse caso, eu diria que esse é um tema extremamente importante e que vai desafiar todos nós, acadêmicos, na educação, no mestrado, no doutorado, a Comissão Pastoral da Terra, os movimentos camponeses, os governos... Vai desafiar todos nós a entender essa mudança que está ocorrendo hoje. Às vezes, temos a impressão de que ele ainda não nos afeta, mas, de um dia para o, outro chega uma grande empresa transnacional, cerca tudo, e as pessoas são expropriadas de sua terra.

Nesse sentido, essa discussão, ela recoloca a questão do limite do tamanho da propriedade da terra, ela recoloca a Reforma Agrária, ou seja, ela coloca, na ponta da pauta, a questão do território, a disputa territorial. O território pode ser usado simplesmente para produzir mercadoria ou o território pode ser usado para produzir a vida! E dentro do paradigma da educação do campo nós queremos defender o território que produz a vida, que garanta a soberania, que garanta o desenvolvimento, que garanta a participação de todos, mas uma participação de qualidade. Isso não é um problema que vai ser solucionado no futuro, ele vai ter que ser solucionado hoje, porque na hora que nós solucionarmos esse problema, nós vamos ter outro problema para resolver no futuro.

E eu queria dizer aos alunos de graduação que estão aqui e aos professores também que há uma demanda muito grande por pesquisa. Agora, eu queria sugerir a vocês que prestassem bastante atenção nesse movimento da realidade e participassem, pensando como agentes pensantes, produzindo conhecimento, publicando esse conhecimento, fazendo das nossas universidades um espaço ativo de questionamento dessa transformação que está ocorrendo em nosso país. Convido todos vocês para fazerem parte desse grupo de pessoas, dos movimentos e das universidades, que começou, na década de 1990, a discutir o paradigma da Educação do Campo, transformar essa realidade. Vocês acabaram de lançar um livro titulado de Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo no Estado de Goiás, uma mostra dessa pesquisa, uma mostra dessa iniciativa, ou seja, a presença do Goiás, vocês já estão mostrando a participação de vocês, é o ponto de partida, mas um livro é pouco, para o ano que vem, vocês têm que publicar mais. Todo ano. Nós temos que publicar os trabalhos que realizamos. Nós temos que mostrar que nós sabemos ler nossas realidades, para sermos independentes na teoria e na prática, na ciência e na política. Como declarava Dom Tomás em sua fala não foi o bispo que foi lá dirigir o povo, foi o povo que se dirigiu, foi o povo que tomou a sua consciência. E autonomia, soberania e território livre só existe quando nós somos livres!

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui e convidar todos vocês para participar alegremente dessa realidade que nos desafia e lutar para que possamos continuar construindo o nosso país, enfrentar todas as forças que querem nos expulsar para as cidades, e que lutemos pelo campo, que lutemos pela educação do campo, pela escola do campo onde *a gente* possa ver no campo um espaço de vida com escolas, com comunidades, com produção de alimentos, com produção de agroenergia, ou seja, enfrentando todos os que querem defender o campo vazio, que querem defender aquilo que nós chamamos de deserto verde. Muito obrigado!

[aplausos]

Lourdes Aparecida Silva:

Então [né?]. Gente, eu creio que todo mundo se sente assim provocado [morosidade] e fica todo mundo querendo perguntar alguma coisa, portanto abrimos espaço para perguntas.

Elizabeth Maria de Fátima Borges:

Bom, professor, eu não quero fazer uma pergunta, mas [assim...] agradecer a você por estar aqui nesse momento com *a gente*, nesse evento, discutindo educação do campo. Nós já tínhamos lido tanto sobre Bernardo Mançano e ter a sua presença aqui é um presente [né?]. Como pesquisadora da educação do campo, com a minha identidade

camponesa, que eu sempre digo [né?], filha de camponeses, uma camponesa que hoje está na cidade tal como você, quero dizer [assim...] que ficamos encantados com as suas palavras, com a sua contribuição para esse momento de debate sobre educação do campo e que nós da UEG-Universidade Estadual de Goiás, secretaria municipal, estamos engatinhando [né?] nas pesquisas, nas lutas por ações afirmativas em prol da educação do campo, da capacitação de professores [né?]. E queremos dizer que a sua presença aqui foi primordial e que nós contamos com contribuições futuras [né?], com leituras [né?], com orientações e [assim...] foi de grande riqueza, sem igual. Muito obrigado pela sua participação aqui hoje.

[aplausos]

Cleuton Ripol de Freitas:

Boa noite a todos e a todas. Boa noite, professor, para mim foi muito bom ouvi-lo por que... Meu nome é Cleuton, eu sou da Universidade Federal de Goiás, sou professor, acompanho a turma de Direito e bem... Para *mim*, foi muito importante, porque a concepção que é trazida sobre a educação do campo, sobre as relações de poder no campo, elas são muito realistas para entender e representam [é...] posicionamentos que campo e cidade, a educação em seu todo pode construir, apreender e desconstruir também quando necessário. [É...] quando o senhor mencionava a perspectiva da América Latina [é...] eu me lembrei de Cuba. Talvez Cuba não tenha um projeto como o Pronera, porque teve um projeto de educação revolucionário efetivamente e penso que isso é muito importante, fazer memória [hã] neste país. E uma dúvida que eu tenho é a respeito [hã] da posição também que o senhor tem acerca do judiciário, [é...] no que diz respeito às ações do Pronera, a relação do Tribunal de Contas da União também é uma situação que é séria [enfático] e demonstra um posicionamento político do Estado [hã] diferente do que o senhor chamou de revolução. Não sei se vou concordar muito com esse termo, mas o fundamental mesmo é que posamos demonstrar as políticas que avançam também. Sei que é importante dizer que o território do agronegócio é um território também que ocupa muitos espaços. Nesse caso, o grande desafio é em que medida nós vamos ver também o agronegócio, ou seja, ter o agronegócio também como objeto de estudo, talvez, até numa perspectiva mais avançada. Mas eu me senti extremamente feliz de ouvi-lo pelo pouco que eu já li, também de pesquisa sobre o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, alguns artigos... Portanto para mim foi uma honra.

Bernardo Mançano Fernandes:

Essa questão que você aborda é muito interessante pelo seguinte. Os ruralistas no congresso nacional não perdem oportunidade para criminalizar os movimentos. O Poder Judiciário que aceita todas as provocações feitas pelos ruralistas para criminalizar os movimentos. O Poder Executivo está fazendo o jogo de dialogar com os dois campos: o campo do agronegócio e o campo do campesinato. Nosso problema é que não temos hoje, no legislativo, poder para enfrentar a bancada ruralista. Os nossos deputados, os nossos senadores não têm o mesmo poder que a bancada ruralista tem na correlação de forças, eles têm mais força do que nós. Então construímos caminhos, como por exemplo as políticas afirmativas. A política afirmativa, hoje é o debate nacional: cota para negros, cota para índios, cota para camponeses. Tudo isso está em debate, e temos uma parte da sociedade que é contra e outra é a favor. Esta questão ainda não está resolvido em nosso país.

Eu estou tentando analisar a correlação de forças nessa questão. Com essas iniciativas, nós estamos mudando, nós estamos marcando uma posição, ao criarmos políticas afirmativas. Nós não podemos trabalhar apenas com a concepção de políticas universais porque essas políticas universais, no fundo, são definidas pelo poder econômico e nós estamos querendo romper com a determinação do poder econômico, nós estamos tentando dizer o seguinte: os índios tem que ter um curso especial, os camponeses têm que ter um curso especial, a população negra que, historicamente, foi excluída têm que ter uma participação na sociedade, e essa participação dos índios, dos camponeses e dos negros

não pode ser somente por uma entrada universal. Entrada universal esconde um processo seletivo econômico muito grande.

Esse é o debate que nós estamos fazendo e tentando convencer a população, outros grupos estão tentando convencer a população do contrário. Nós temos, assim, uma parte da população dizendo: “eu sou completamente contra”, aí começa o processo de criminalização de nossa proposta. .

Nesse caso eu julgo importante ver os papéis dos poderes constituídos nesse processo, quem são nossos inimigos? Como no dia a dia, no nosso cotidiano nós vamos ter que lutar, nós vamos ter que pressionar, nós vamos ter que criar, nós vamos ter que refletir no sentido de tentar superar essa situação. É nesse sentido que eu creio que é uma revolução, uma revolução no sentido que nós conseguimos romper posturas tradicionais e criar o novo, como o curso de Direito da Universidade Federal de Goiás e o curso Veterinária da Federal do Rio Grande são mostras de uma vitória nossa! E eu me lembro que o curso de Agronomia da Federal de Sergipe, na época, eu me lembro que eu era presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros e eu estava numa reunião do Confea – Crea, e o presidente da Associação dos Engenheiros diz o seguinte os sem-terras ocuparam as nossas terras e agora querem ocupar a nossa universidade, como se os sem-terra não tivessem direito à terra e a universidade. Evidente que a burguesia brasileira acredita que as universidades são para os ricos. E o argumento que se cria na universidade para que criar mais um curso de agronomia para os sem-terra? O problema é que os cursos, 99% dos cursos das universidades, formam gente para o agronegócio, e nós queremos construir um programa disciplinar voltado para o território da agricultura camponesa. Nós queremos discutir conteúdos, nós queremos discutir a bibliografia, a visão de mundo, o perfil do aluno, o que ele vai fazer depois de egresso, tudo isso nós precisamos pensar.

E com relação a Cuba, Cuba, provavelmente, vai ser o único país que não vai mandar aluno para o nosso mestrado latino americano, por quê? Porque lá tem um monte de universidades que *tá* recebendo os alunos latino americanos. Então nós vamos trabalhar com alunos da Bolívia, da Venezuela, com alunos do Paraguai, com alunos do Uruguai, com alunos do Chile, com alunos da Guatemala, com alunos de Honduras, onde não existe a menor expectativa desse pessoal entrar no mestrado nos seus países. Portanto, eu acho que construir uma pós-graduação voltada para o desenvolvimento dos territórios camponeses é uma forma transformar a realidade. Logo, nós podemos protestar, nós podemos pressionar, mas, ao mesmo tempo que nós protestamos e nós pressionamos, ao mesmo tempo que nós dizemos que vamos fazer revolução no futuro, nós temos que saber fazer revolução hoje. Porque, senão vamos viver de discurso, o discurso revolucionário que tem uma utopia importante, mas que, no dia a dia acaba resultando numa reprodução de uma fala em que nada de concreto acontece. Eu acredito que nós temos que lutar para que as coisas concretas aconteçam e nós só transformamos a realidade criando novos espaços, nós não transformamos a realidade com espaços antigos. Nós temos que criar novas políticas e hoje, no Brasil, espaço para criar políticas públicas não falta, o que falta é organização da população para tentar pressionar nesse sentido, pressionar o governo, porque a maior parte das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas no Brasil hoje vem de cima para baixo, nós temos que reverter esse processo com a sociedade organizada e propor políticas públicas desde baixo.

[aplausos]

Karla Anyelly Teixeira de Oliveira:

Boa noite. Eu sou Karla, trabalho aqui no curso de Geografia da UEG de Goiás e fiquei muito satisfeita também com a fala, não só com a fala, mas com a sua trajetória que eu conheço de diversos textos [e...] eu gosto muito [né?] de todo o movimento pela educação do campo, a questão do MST. Então, eu considero que não é só uma questão de gostar é uma questão de ver que há uma consciência de classe, de uma organização do conhecimento construído. E a fala de hoje, quando traz a questão da educação como um meio de desenvolvimento do território e com todas as políticas que [que...] o grupo vem desenvolvendo na área. Agora com o mestrado, eu gostaria de colocar a seguinte questão: vocês estão trabalhando com o camponês, com o camponês, aquele que reside no campo.

A minha questão é no sentido de qual política pública ou qual ação seria um caminho a ser adotado pra atuar com aquele camponês que foi expropriado do campo há anos. Qual é? É o sujeito que está aí nas periferias das cidades e voltando para nossas escolas públicas que a cada dia que passa ficam piores. E o que é pior que tem uma consciência de classe [é...] na verdade, não tem uma consciência de classe e concebe o movimento social de luta pela terra e todos os demais movimentos sociais a partir da ideologia da mídia, ou seja, aquela escola, a escola pública não está conseguindo [é...] mudar essa consciência por quê? Porque somente mediante as teorias, as leituras não têm encaminhado isso. Então como que ficaria a questão, qual que seria uma metodologia, uma proposta [é...] de um curso, oficina, de uma ação para fazer desenvolver essa concepção nessas pessoas [né?] que ele também é expropriado, que ele também não tem a terra hoje [né?]. Nem por onde passar por essa política ou mesmo questionar mudanças sociais. Assim, qual seria o caminho para pensar nesse sujeito que foi totalmente expropriado e que não tem nem mais a terra [né?]. Nem a consciência *pra* lutar pela terra a partir do MST ou de outro movimento social de luta pela terra. Essa é a problemática que eu aponto sem querer colocar um contra ponto, sem ir contra o que se está fazendo, que já é excelente, mas como pensar o outro lado, essa que é a questão.

[aplausos]

Ana Laura:

Boa noite, professor. Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Ana Laura, eu sou graduanda de Direito da Universidade Federal de Goiás, eu sou de um período à frente, eu sou contemporânea da turma especial [é...] eu não tenho experiência de luta eu não tenho muita propriedade. A dona Maria das Dores que falou aqui e o senhor, eu agradeço antes de tudo. Provocou-me muito a questão quando o senhor colocou, instigou a sermos uma comunidade paradigmática porque, dentro da universidade, dentro da produção do conhecimento [é...], ainda muito tímida, as pessoas que discutem essa questão, elas se reunem para fazer paradigmas, para fazer, como bem o senhor disse, para construir concepções de mundo e eu queria que o senhor falasse um pouco sobre o que, talvez, nem todos e todas tenhamos conhecimento sobre o projeto que o senhor toca, que é o Dataluta, se o senhor puder falar, e a minha fala também vai um pouco ao encontro da minha companheira de Geografia. Não sendo pessimista e nem contestando o que está posto, mas é que as políticas que têm sido feitas *pro* campo e, principalmente, as de acesso à universidade, infelizmente, não têm considerado o campo, então, são projetos pedagógicos que são copiados na íntegra e talvez tenham violentado um pouco da cultura camponesa. É isso.

[aplausos]

Ana Michelle Ferreira Tadeu dos Santos:

Boa noite. Meu nome é Ana Michelle, sou acadêmica do 3º ano de Geografia. O melhor curso da unidade é Geografia. Eu quero agradecer pela presença é uma honra, nós temos feito estudos com seus artigos, com os seus escritos, para nós tem sido ótimo, um crescimento, uma maturidade que nós tem trazido. E muita gente, eu sei, e na minha sala tem gente que não sabe o que é camponês, quem que é o camponês, o que é o campesinato? Nós passamos alguns monitores em algumas salas para saber, para divulgar o evento, e as pessoas perguntavam quem que é o camponês? E eu tenho essa questão: quem que é o camponês de hoje, quem que é o camponês do século XVIII, do século XIX? Eu queria que o senhor diferenciasse para nós o que delimita o camponês de hoje e o que diferencia do antigo? Obrigado.

Érika Macedo Moreira:

Boa noite, pessoas. Boa noite, professor Bernardo, é uma honra e uma alegria muito grande tê-lo aqui [né?] nós também, como a Ana Laura citou, nós nos apropriamos de muitos dados trazidos pelo Dataluta, uma fonte de pesquisas muito importante [é...] para o grupo estudar agrariedade [né?]. Eu me chamo Erica, sou professora da Federal [é...] também trabalho com a turma e com as turmas regulares. E da mesma forma que as minhas colegas me antecederam, a Ana Laura e a Karla, a minha pergunta, eu me senti

instigada a refletir sobre o processo de construção do conhecimento [né?] nem tanto pensando na ponta, nos alunos, mas um pouco antes, uma preocupação bastante centrada na atuação dos professores, na atuação docente [né?], como desenvolver pesquisas que sejam paradigmáticas quando nós temos toda uma influência de uma matriz europeia, eurocêntrica, que determina uma forma específica como o conhecimento deve ser produzido, que, muitas vezes, desconsidera desvalida, desqualifica o conhecimento dos camponeses, o conhecimento de cunho tradicional e a própria forma.

Bernardo Mançano Fernandes:

Um país capitalista, altamente produtivo em que a vida da população que trabalha na cana é de extermínio. Mas esse problema está para ser resolvido, porque a cana está quase 100% mecanizada.. No Pontal do Paranapanema, a Odebrecht acabou de construir uma 100% mecanizada não tem um cortador de cana. Mas eu quero abrir um parênteses: com o fim da União Soviética, a produção cubana de açúcar caiu vertiginosamente. Cuba teve que se virar, sem petróleo, sem vender o açúcar e para poder comprar o alimento, teve que construir uma saída para a crise, que Fidel chamou de Período Especial. Entre 1994 e 2004, Cuba passou a produzir 78% do que consome, e desses 78% do que consome, 50% são produzidos na cidade, ou seja uma boa parte da produção agrícola de Cuba é urbana.

Nós estamos publicando um livro, um estudo comparativo do período neoliberal no Brasil e o período especial de Cuba, qual foram as transformações que ocorreram. Eu conversei com os meus colegas cubanos e pergunto para eles: esses sujeitos, essas famílias que estão aqui produzindo alimentos na cidade, são camponeses? Eles não sabem responder. Você pergunta para os agricultores e nem eles também não sabem responder. Eles sabem que eles são produtores de alimentos, alguns falam: “eu sou camponês, eu trabalhava no campo e trabalho na cidade, continuo sendo camponês”. Esta história mostra que em tempos de crise, é o trabalho familiar que irá produzir alimentos, Há 10 mil anos o camponês luta pra ser simplesmente camponês. O camponês lutou contra a sociedade escravocrata, o camponês lutou contra a sociedade feudal, o camponês lutou contra a sociedade capitalista e lutou contra a socialista. Então, o camponês é uma porção da população mundial que luta para viver dignamente e para continuar produzindo comida..

A tese do fim do camponês com sua destruição física e a tese da agricultura familiar com destruição ideológica são o debate paradigmático da atualidade. Eu considero que o conceito de camponês tem muita validade e eu trabalhei junto com vários colegas, de várias universidades, 78 colegas de universidades brasileiras, e nós produzimos uma coleção chamada de: *História social do camponês*, são nove volumes organizados pela via camponesa e publicado pela editora da UNESP, lá vocês vão ver o esforço que nós fizemos para recuperar a memória do camponês brasileiro e mostrar o futuro do camponês brasileiro.

Aí está o início de uma epistemologia do camponês, ou seja, pensar na diferença do camponês do século XIX, do século XX e do século XXI não pode ser mais somente o sistema agrícola ou o sistema pecuário. O campo mudou, a tecnologia mudou e para o camponês viver na terra, ele precisa de tecnologia, ele precisa de capital, ele precisa de conhecimento, ele precisa de escola, de universidade, ele precisa de todas as condições necessárias para o seu território. Portanto, na epistemologia do camponês, eu preciso trabalhar com essa múltipla dimensionalidade e compreendo que o médico que trabalha numa comunidade camponesa, que contribui *para* o desenvolvimento de uma comunidade camponesa, que se dedica para que aquela comunidade se desenvolva, esse é um médico camponês. Um professor que trabalha com a comunidade camponesa, que ajuda a desenvolver uma comunidade camponesa, é um professor camponês e eu não tenho a mínima dúvida que o dom Tomás é um bispo camponês, não tenho a mínima dúvida!

[*aplausos*]

Nesta oportunidade, eu quero pensar o conceito de camponês e dizer que não se resume ao ser, camponês também é um grupo social, uma comunidade, um território e

onde todos que trabalham para defender seus território eles se identificam, se fazem camponeses, e aí eu convido todos vocês a construir a epistemologia do camponato.

Nós não estamos dando conta de compreender a diversidade da população do campo, porque muitas vezes resumimos tudo em noções economicistas.

Com todas essas políticas públicas que nós estamos trabalhando hoje, nós não estamos atendendo 10% da população do campo, e aí a minha colega aqui vem falar para trabalhar a população da cidade. Eu estou querendo primeiro pensar como que melhoramos as condições de escolaridade dessa população que está no campo.

É importante lembrar que grande parte da população que trabalha no campo hoje mora na cidade, portanto, eu não quero dicotomizar, se a população é rural ou se a população é urbana. Eu quero defender uma boa escola para essas duas populações, porque muita gente, muitos camponeses hoje moram na cidade, são urbanos. Então nós temos que pensar numa boa escola da cidade e uma boa escola no campo. Então, como que nós vamos fazer isso, eu penso que nós temos que ter consciência que nós somos capazes, nós sabemos fazer e, portanto temos que criar, nós temos que ousar, nós temos que saber como nós vamos fazer.

Portanto, essa questão parte de nós, uma reflexão crítica, de uma postura crítica. E o processo de construção do conhecimento, de como construir o caminho está no nosso dia a dia, nas nossas pesquisas. É terrível quando eu vou participar de uma banca de tese e não vejo a pessoa que está defendendo a tese na tese., O pensamento dela não aparece, é terrível, eu sei que ela não está ajudando a construir conhecimento, ela está apenas reproduzindo o conhecimento. Assim, desde a monografia, desde o trabalho que um professor pede de uma disciplina, eu tenho que aparecer, a minha ideia tem que ser a principal e aí eu vou dialogar com a teoria e eu posso errar, mas eu vou tentar fazer a coisa certa.

E sobre o projeto Dataluta, esta é uma contribuição que nós temos com a Comissão Pastoral da Terra em que nós ajudamos desde a academia a levantar os dados de ocupações de terras e de manifestações. Então, nós temos o acompanhamento na região em que está a universidade, na maior parte das vezes, nós temos contato com os movimentos e registramos as suas ações, fazemos levantamento dos principais jornais, levantamos os dados diariamente, registramos e mensalmente nós enviamos para CPT. Esse procedimento metodológico de levantar o dado, de acompanhar, de debater com a CPT nos oferece perspectiva de análises atualizadas, mês a mês. O fato de você estar envolvido cotidianamente com a metodologia, o fato de você estar acompanhando o movimento da realidade, o desafia a ler, a interpretar e a explicar. Então, o Dataluta traz essa possibilidade, porque ele é um trabalho de pesquisa no dia a dia. Eu tenho que estar acompanhando todos os periódicos, acompanhando todos os movimentos e acompanhando a tendência, se o movimento está avançando ou está recuando, , eu acompanho o movimento da questão agrária. A luta dos movimentos camponeses agora é contra o agronegócio. E por quê? Porque o agronegócio está ocupando o latifúndio, está comprando terra para produzir, a luta do futuro não vai ser contra a terra improdutiva vai ser contra a terra produtiva, ou seja, produtora de pobreza e de expropriados. Não adianta nada nós temos um município inteiro produzindo e não termos alimento para comer.

Então, a questão da produtividade não pode estar separada do desenvolvimento camponês, da produção de alimentos, do direito ao trabalho e ao alimento.. Nós temos comida? Nós temos trabalho? Nós definimos o uso do território ou não? E aí nós estamos dentro da epistemologia da Reforma Agrária, nós vamos ter que reconceitualizar a Reforma Agrária também.

Então, o Dataluta é essa experiência formada, hoje, por 8 grupos de pesquisas, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe e, quem sabe, Goiás participa agora, nós estamos em negociação para ver se Goiás entra também no apoio a Comissão da Pastoral da Terra que há mais de 30 anos vem registrando os conflitos por terra no Brasil e hoje é o principal banco de dados, o principal documento histórico da luta pela terra no Brasil que nós *temos*.

Obrigado pelas perguntas, eu quero agradecer pela oportunidade e pelas perguntas eu percebi que estou em território da Geografia Agrária, na educação do campo. E essas inquietações que nós temos, nos alimentam no sentido de nos continuarmos estudando e contribuindo aí caminhando junto com o Dom Tomás, lado a lado, nos abençoando. Muito obrigado.

[aplausos]

Loudes Aparecida silva:

Nós é que agradecemos ao professor Bernardo Mançano por estar aqui conosco. Estamos muito felizes [né?], foi muito bom, e agradecemos de coração. Que bom que você veio à nossa cidade e que você está aqui com a gente. Muito obrigado e tudo de bom [né?]. Deus te proteja!

[aplausos]